



BMEP

Boletim Mensal de Economia Portuguesa

N.º 04 | abril 2016



Gabinete de Estratégia e Estudos
Ministério da Economia

GPEARI

**Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação
e Relações Internacionais**

Ministério das Finanças

Ficha Técnica

Título: Boletim Mensal de Economia Portuguesa

Data: Abril de 2016

Elaborado com informação disponível até ao dia 29 de abril.

Editores:

Gabinete de Estratégia e Estudos

Ministério da Economia

Rua da Prata, 8

1149-057 Lisboa

Telefone: +351 217 921 372

Fax: +351 217 921 398

URL: <http://www.gee.min-economia.pt>

E-Mail: gee@gee.min-economia.pt

Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais

Ministério das Finanças

Av. Infante D. Henrique n.º. 1 – 1.º

1100 – 278 Lisboa

Telefone: +351 21 8823396

Fax: +351 21 8823399

URL: <http://www.gpeari.min-financas.pt>

E-Mail: bmep@gpeari.min-financas.pt

ISSN: 1646-9072



(Esta publicação respeita as regras do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa)

Programa de Estabilidade 2016-2020

No passado dia 21 de abril, o Governo entregou na Assembleia da República o Programa de Estabilidade para 2016-2020. Este documento transmite a estratégia do Governo português para a consolidação das contas públicas e para um crescimento económico sustentado. As medidas incluídas no Programa de Estabilidade, que visam construir um novo caminho para a economia portuguesa, têm subjacente: i) a avaliação e melhoria das reformas implementadas nos anos anteriores; ii) a diminuição do desemprego, através de um crescimento inclusivo do mercado de trabalho; iii) a redução da segmentação, da exclusão e da desigualdade e iv) a sustentabilidade das finanças públicas, ao convergir para valores compatíveis com o objetivo de médio prazo.

A conta das Administrações Públicas para 2016 reflete os efeitos subjacentes à revisão da conta de 2015, aquando da sua publicação pelo INE, e as alterações que resultaram da discussão do Orçamento do Estado na Assembleia da República. A projeção do saldo orçamental para o período 2016-2020 evidencia uma melhoria gradual, passando de um défice de 2,2% do PIB em 2016 para um excedente orçamental de 0,4% do PIB em 2020, tendo por base uma consolidação orçamental mais assente na diminuição da despesa (-3,5 p.p. do PIB) do que na receita (-1 p.p. do PIB). O saldo primário melhora 1,9 p.p. do PIB entre 2016 e 2020, resultado da melhoria do saldo orçamental e da diminuição do peso dos juros no PIB.

Quadro 1: Principais indicadores
(% do PIB)

	2016 ^(e)	2017 ^(p)	2018 ^(p)	2019 ^(p)	2020 ^(p)	var. 2020-2016
Receita total	43,7	43,4	43,1	43,0	42,7	-1,0
Receita fiscal	25,2	24,9	24,9	24,7	24,5	-0,7
Despesa total	45,9	44,8	44,0	43,2	42,4	-3,5
Consumo intermédio	6,2	5,9	5,7	5,5	5,4	-0,8
Despesas com pessoal	11,1	10,8	10,5	10,2	10,0	-1,1
Prestações sociais	18,6	18,4	18,2	18,0	17,7	-0,9
Juros	4,4	4,2	4,1	4,0	3,8	-0,6
Saldo global	-2,2	-1,4	-0,9	-0,1	0,4	2,5
Saldo primário	2,2	2,8	3,2	3,8	4,2	1,9
Saldo estrutural	-1,7	-1,3	-0,8	-0,4	-0,1	1,5
Var. saldo estrutural	0,3	0,4	0,5	0,4	0,3	0,0
Saldo primário estrutural	2,7	2,9	3,3	3,6	3,7	0,9
Receita estrutural	43,6	43,2	43,1	43,0	42,8	-0,8
Despesa estrutural	45,3	44,5	44,0	43,4	42,9	-2,4
Despesa primária estrutural	40,9	40,3	39,9	39,5	39,1	-1,8

Nota: e – estimativa; p – previsão.

Fonte: Ministério das Finanças.

O maior contributo para a melhoria do saldo orçamental no horizonte de projeção é dado pela despesa, nomeadamente as despesas com pessoal (-1,1 p.p. do PIB), prestações sociais (-0,9 p.p. do PIB), consumo intermédio (-0,8 p.p. do PIB) e juros (-0,6 p.p. do PIB).

A diminuição da receita é, essencialmente, determinada pela redução da receita fiscal em 0,7 p.p. do PIB, pese embora com uma recomposição através da redução mais acentuada dos impostos sobre o rendimento e o património do que dos impostos sobre a produção e importação.

O ajustamento do saldo estrutural entre 2016 e 2020 é de 1,5 p.p. do PIB potencial, evidenciando a convergência para o novo Objetivo de Médio Prazo para Portugal, recentemente fixado pela Comissão Europeia em 0,25% do PIB potencial, mais exigente que o anterior (-0,5% do PIB potencial).

Relativamente à dívida pública, estima-se que em 2016 atinja 124,8% do PIB, o que traduz uma revisão de -2,9 p.p. do PIB face ao Orçamento do Estado para 2016. Até 2020 é projetada uma redução de 14,5 p.p. do PIB, atingindo 110,3% do PIB. A evolução da dívida pública é explicada pelo efeito do saldo primário, crescente ao longo do período de projeção, pelo efeito dinâmico, composto pelos efeitos conjugados dos juros e do PIB, e pelos outros ajustamentos défice-dívida com contributos inversos ao longo do período.

Quadro 2: Evolução da Dívida Pública
(% do PIB e p.p.)

	2016 ^(e)	2017 ^(p)	2018 ^(p)	2019 ^(p)	2020 ^(p)
Dívida pública consolidada (% PIB)	124,8	122,3	118,7	114,5	110,3
Varição em p.p. do PIB	-4,2	-2,5	-3,6	-4,2	-4,2
Efeito saldo primário	-2,2	-2,8	-3,2	-3,8	-4,2
Efeito dinâmico	-0,4	0,1	0,0	-0,1	-0,2
Efeito juros	4,4	4,2	4,1	4,0	3,8
Efeito PIB	-4,8	-4,1	-4,1	-4,0	-4,0
Outros	-1,6	0,2	-0,4	-0,3	0,1

Nota: e – estimativa; p – previsão.

Fonte: Ministério das Finanças.